



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil  
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



## **POLÍTICA PÚBLICA E ACESSO AO CONHECIMENTO NO MBITO DO PEAMSS**

Rubem Castro Neves<sup>1</sup>

José Claudio Rocha<sup>2</sup>

Eixo Temático: Educação e Políticas Públicas.

### **RESUMO**

O artigo trata de política pública e acesso ao conhecimento no âmbito do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA). Tem como objetivo promover uma reflexão sobre tal política aplicada ao PEAMSS e sua relação com o conhecimento, difusão e ação, através da perspectiva de alguns autores e de um pequeno recorte dos resultados de uma pesquisa de campo, para avaliação do conhecimento adquirido nesse programa como exemplo para essa reflexão. A conclusão aponta para a utilização do conhecimento como guia das políticas públicas e para a solução de problemas práticos envolvendo comunidades.

Palavras-chave: Conhecimento; Política Pública; PEAMSS.

### **ABSTRACT**

The article deals with public policy and access to knowledge within the Environmental Education Program and Social Mobilization for Sanitation (PEAMSS), developed by the University of the State of Bahia (UNEB) and the Bahia Water and Sanitation (EMBASA). Aims to promote reflection on such a policy applied to PEAMSS and its relationship with knowledge, dissemination and action, through the perspective of some authors and a small cutout on the results of a field survey to assess the knowledge acquired in this program as example for this reflection. The conclusion points to the use of knowledge to guide public policy and to the solution of practical problems involving communities.

Keywords: Knowledge, Public Policy; PEAMSS.

<sup>1</sup> Mestre em Agronomia, doutorando em Difusão do Conhecimento, participa do grupo de pesquisa Gestão, Educação e Direitos Humanos – rubemneves@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação, participa do grupo de pesquisa Gestão, Educação e Direitos Humanos – jrocha@uneb.br

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo traz uma reflexão sobre Política pública e sua relação com o conhecimento no âmbito do PEAMSS - Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Atualmente, segundo estudos realizados pelo

Ministério das Cidades, existem diversas ações de educação ambiental sendo desenvolvidas em função de obras de saneamento financiadas pelo Governo Federal, dentre as quais, seguindo a linha Nacional, surge o Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, envolvendo 13 municípios do Estado da Bahia – PEAMSS Bahia. Tal projeto foi uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano/Empresa Baiana de Água e Saneamento (SEDUR/EMBASA), a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sociocultural e Ambiental (FUNDESF), e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O projeto está dentro das ações do Programa Água Para Todos, no qual o Governo do Estado da Bahia promove intervenções nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que são avaliados tecnicamente como críticos, caso dos 13 municípios selecionados pela EMBASA para as atividades (PEAMSS, 2010).

O PEAMSS Bahia, desenvolvido em 2010, em sua primeira fase, capacitou um grupo de pessoas em cada um dos 13 municípios, denominado GAPEAMSS (Grupo de Acompanhamento do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento). Esses grupos, formados por representantes de movimentos sociais, sindicatos, associações e poder público local, receberam durante o ano um pacote de informações em Educação Ambiental, Educomunicação, Legislação Ambiental e desenvolvimento de Planos de Saneamento Básico, empoderando essas pessoas através do conhecimento, para a gestão social e consequente tomada de decisão junto ao poder público, no sentido de se construir, a partir dos anos seguintes, o Plano de Saneamento do Município, conforme a legislação vigente, bem como, promover mudanças de atitudes com relação ao meio ambiente e ações interventivas com base no conhecimento adquirido pela comunidade.

As Políticas Públicas de acesso ao conhecimento são discutidas hoje no mundo todo e, como resultado, diversos Países já aprovaram Leis que regulamentam e democratizam o acesso à informação. Assim, a finalidade deste artigo é promover uma reflexão sobre a Política Pública aplicada ao PEAMSS e sua relação com o conhecimento, sua difusão e ação através da perspectiva de alguns autores e de um pequeno recorte da pesquisa de avaliação deste projeto ao final do primeiro ano, discutindo o PEAMSS como política pública voltada para o conhecimento, com bases assentadas no poder que este confere.

## 2 POLÍTICA PÚBLICA

- **Conceito e implementação**

Política, na língua portuguesa e espanhola, é um termo polissêmico. Cavalcante (2012, p. 20-31) faz um levantamento da visão de vários autores sobre os “diversos sentidos ou dimensões que envolvem o termo política pública” e seu conceito. Na língua inglesa existem termos específicos: *polity* (centrada no estado e instituições), *politics* (discursso político), e *policy* (referindo-se a política pública propriamente dita). Faz uma análise aprofundada dos conceitos propostos por diversos autores e relata que “qualquer política que é concretizada pelo Estado é considerada pública, pois, de alguma forma se relaciona com poder público e seus recursos”.

Entendemos a política pública como o próprio ato de governar. O que difere uma política de outra está relacionado, em um plano micro, com o indivíduo que governa, ampliando-se para o partido com suas coligações, e em um plano macro, com o modelo de Estado-sociedade, sendo que a escolha, conforme Cavalcante (2012, p.44), “supõe uma postura ideológica”. O modelo Pluralista vê as atividades dos grupos como centrais – não há domínio de uma fonte de poder; no modelo Elitista ou Neopluralista, o poder político está centrado nas mãos de uma elite dominante; o modelo Marxista dá ênfase à concentração do poder econômico como elemento explicativo das relações entre a sociedade e o Estado capitalista; enquanto o modelo Corporativista destaca a dimensão associativa.

- **O conhecimento e a política pública**

O conhecimento não pode ser desvinculado da política pública. Historicamente, o surgimento e a evolução da política pública têm suas origens na própria evolução do conhecimento da humanidade, que tem sido “usado” nas políticas públicas para resolver problemas práticos. Isso é reforçado por Pérez Sánchez (2005, p. 32) citado por Cavalcanti (2012, p. 56) ao afirmar que “o conhecimento é um guia para a ação mais que um fim em si mesmo” e a relação entre os dois serve de base para a análise de uma política pública. Ressalta ainda a distinção entre “conhecimento **de** e **para** política”. Entendemos que o conhecimento “**de**” política restringe-se basicamente, salvo uma pequena parcela da população interessada, aos governantes e aos Cientistas Políticos, enquanto o conhecimento “**para**” implantar uma política pública leva ou, pelo menos, deveria levar em consideração o conhecimento científico, tecnológico, tácito, local ou qualquer outra

forma que venha dar a tônica da política e servir de guia para as ações.

No entanto, o testemunhado na atual "sociedade do conhecimento" é um desejo de conhecer para controlar muito mais marcante do que o desejo de conhecer em si, e parece que isso vem de épocas mais remotas, como fica claro na afirmação de Dunn (1994, p.42), citado por Cavalcanti (2012, p.228-229), com relação ao século XIX: "O crescimento de novos métodos de investigação era muito menos um produto do desejo para atingir novas verdades científicas ou objetividade do que uma iniciativa de grupos sociais dominantes interessados em usar produtos da pesquisa científica visando ao controle político e administrativo". Fatos como esses não podem ser considerados de todo, algo negativo. São muito mais bem aplicados os recursos públicos que seguem uma orientação baseada em conhecimentos que retratam as verdadeiras necessidades da sociedade do que simplesmente aplicá-los ao bel prazer daqueles que governam. Assim, a participação de cientistas no processo de tomada de decisão, mesmo que indiretamente, ao gerar conhecimentos para a solução de problemas práticos, é um sinal de evolução das sociedades. Não foi à toa que logo após a 1ª Guerra, conforme Cavalcanti (2012, p.65), "agências governamentais recrutaram cientistas sociais com o objetivo de promover conhecimento para a solução de problemas políticos relacionados à ordem social". Historicamente, este foi um período de efervescência no campo das ciências, marcado por novos paradigmas pelo uso de métodos quantitativos nas ciências sociais, pela multidisciplinaridade presente na abordagem de diversos temas dentre eles, "a conduta humana presente nas decisões políticas" conforme é postulado por Cavalcanti (2012, p.69). Assim, as políticas públicas passam a ser permeadas por aspectos interrelacionados utilizados para seu estudo até, pelo menos, início dos anos 50, quando surge uma nova separação entre as disciplinas das ciências sociais, privilegiando ideias provenientes da teoria de sistemas, dividindo o pensamento científico.

- **Análise de políticas públicas:**

A análise da política pública adotada no PEAMSS nos seus moldes conceituais não será feita neste artigo, mas sim uma reflexão baseada em observações e em uma pesquisa preliminar, observada no capítulo 5 e 6. Entretanto, essa análise é algo inevitável para um estudo mais aprofundado e, certamente, será feita em outro momento da pesquisa, que não se encerra aqui.

A análise de políticas públicas hoje difundida no mundo está baseada no conhecimento interdisciplinar e a sua prática pode ser considerada um ponto de evolução da sociedade. São vários os conceitos que aparecem na literatura. Um dos mais conhecidos é o de Dye (1992), citado por Cavalcanti (2012, p.102) quando afirma que "análise de políticas públicas é uma investigação sistemática que estuda o que os governos fazem, porque o fazem e que diferença isso faz". No bojo desse conceito podemos encontrar o que pretendemos analisar sob qualquer ponto de vista: político, econômico, social, institucional, local, governamental, causal e de efeitos diversos.

- **Avaliação da política pública:**

No nosso entendimento, a avaliação de uma política pública, como toda avaliação, deve ser processual, pois não é um momento dissociado de outros como a elaboração, implementação e análise. Não é algo que se faz quando termina sua execução. Aliás, não se pode distinguir a linha finalizadora de uma política; no máximo se consegue visualizar a conclusão de uma obra, de uma campanha de vacinação, conscientização, educação, enfim, a avaliação perpassa por entre caminhos que vão além do tempo e do espaço. Uma política implementada em séculos passados tem suas consequências até hoje, um exemplo é a abolição da escravidão no mundo. Cada governante, cada partido, cada modelo de Estado-sociedade, tem seu DNA, deixa suas marcas que irão se combinar com outras em um processo histórico dinâmico que vai desenhando a cara das sociedades na esfera local e uma sociedade planetária igualitária.

Essa visão que temos da avaliação de políticas públicas encontra, em sua essência, acolhimento em diversos autores que tratam da questão, por exemplo, Dye (1992) citado por Cavalcanti (2012, p.228-229), "não associa a avaliação ao cumprimento de objetivos ou metas e sim ao conhecimento sobre as consequências da política, temos que encontrar as mudanças na sociedade que podem estar associadas às atividades de governo".

### 3 ACESSO AO CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

“Conhecimento é poder”, afirmou Francis Bacon nos idos de 1605. A aceitação desta máxima implica no reconhecimento de que o acesso ao poder está diretamente relacionado ao acesso a informações. Assim, o exercício prático do princípio constitucional de que “todo poder emana do povo” está condicionado ao acesso da população ao conhecimento e à informação, haja vista que as instituições provedoras de conhecimento e de informação sempre caminharam lado a lado com a ideia de democracia. A escola, a imprensa e as bibliotecas foram o sustentáculo das democracias nascentes, e a ampliação do seu acesso à população resultou na consolidação e no aprofundamento dessas democracias (Acesso, 2009).

- **Acesso à informação como direito humano fundamental**

Além de ser um direito individual, o acesso à informação é um direito difuso, ou seja, ele pertence ao conjunto dos seres humanos e isso é tratado pela legislação internacional em diversos fóruns, a exemplo do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; do artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; do artigo 13 da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos; do artigo 9º da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos; do artigo 10 da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, além de Leis ordinárias e específicas em diversos Países. Cada um deles reconhece, à sua medida, o acesso a informações públicas como direito humano fundamental.

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que *“Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e idéias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras”*, é a base para todos os outros artigos, tratados, leis e convenções que tratam dessa questão, no entanto, muitos Países ainda não possuem uma Lei de acesso à informação. No Brasil, por exemplo, apesar de constar da Carta Magna de 1988 em seu artigo V, só no final de 2011 foi regulamentado o acesso à informação através da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

- **Conjunto de Direitos que se vinculam à disseminação do conhecimento:**

A disseminação do conhecimento não é e nem pode ser regulamentada por uma ou duas Leis. Há um conjunto de Leis, direitos e deveres que vão se acumulando e se complementando. Envolve basicamente 4 grupos: direito à educação, direito à liberdade de expressão, direito à imprensa e manifestação do pensamento e direito à informação e ao conhecimento. Não trataremos dos três primeiros neste artigo e estamos tratando aqui informação e conhecimento como a mesma coisa apesar de suas distinções conceituais. O que nos interessa nesta pesquisa é a vertente do direito à informação e ao conhecimento na perspectiva da política pública. Na verdade, o direito à informação e ao conhecimento antecede todos os outros direitos. O cidadão bem informado e com conhecimento buscará automaticamente o direito à educação, o direito à liberdade de expressão e o direito à imprensa e manifestação do pensamento.

A sociedade moderna nos oferece uma gama de opções que contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida, bem estar e felicidade. Isso leva o indivíduo a fazer escolhas o tempo todo e quanto mais bem informado ele está, melhores serão as suas escolhas na perspectiva individual. Mas a informação e o conhecimento individuais não são suficientes para melhorar as condições de vida de uma comunidade. É necessário que esse direito chegue numa perspectiva coletiva para provocar as mudanças necessárias. Para isso é preciso democratizar o conhecimento. A informação e o conhecimento, além de constituírem um direito difuso, ou seja, de todo ser humano, devem ser difundidos para que seja aplicada a política pública na medida das reais necessidades. Só assim poderá ser feito um controle social mais rigoroso, coibindo o abuso de poder e o direcionamento de políticas públicas voltadas para interesses pessoais ou de grupos privados.

- **Cadeia de informações e conhecimentos**

Informação e conhecimento não se distribuem de forma igual entre as pessoas e nem seria possível para uma mente humana deter toda informação e conhecimento disponíveis. Por isso sempre haverá distorções, manipulações e controle por parte de algumas pessoas ou setores que detêm determinadas informações e conhecimentos. Isso forma uma cadeia assimétrica inevitável que atinge todos os níveis, do despachante de material no almoxarifado de uma empresa ao dirigente de uma nação. Os atores que são beneficiados com a assimetria de informações

[...] se dão conta dos ganhos que podem obter com a manutenção de um *status quo* assimétrico. Isso vale para o prefeito que pode usar o dinheiro para outros fins, o professor que pode ser preguiçoso e o mecânico que pode cobrar mais do que deveria, porque detêm mais informações que o indivíduo no qual o poder estava originariamente alocado mas que foi “forçado”, dadas as circunstâncias da modernidade, a delegá-lo (Acesso, 2009, p.13).

Essa assimetria acaba gerando prejuízos para toda a sociedade em diferentes escalas e níveis: o indivíduo, que é lesado pela empresa e governo porque não tem acesso a determinada informação; a empresa que é lesada pelo indivíduo que retém ou manipula uma informação pela qual está pagando para obter; o governo que é lesado pelo indivíduo e pela empresa quando sonega uma informação para se beneficiar no imposto sobre a renda. Enfim, esse é um jogo em que todos ganham e todos perdem ao mesmo tempo. Ações concretas devem, portanto, ser empreendidas para superar ou minimizar esses prejuízos.

A saída encontrada pelas democracias para garantir a sua própria sobrevivência foi, estabelecer instrumentos para diminuir essas assimetrias. Esses instrumentos passam pela garantia dos outros direitos citados anteriormente, como o direito à educação, o direito à liberdade de expressão, o direito à imprensa e manifestação do pensamento, e pela exigência de que o Estado seja obrigado a ofertar todas as informações em seu poder, com as exceções que envolvem segurança nacional.

No entanto é preciso reconhecer que, por vontade própria, nenhuma das partes tem incentivos suficientes para disseminar informações contrárias aos seus interesses. A garantia, então, está na aprovação e implementação de leis que definam funções, procedimentos e obrigações para todas as partes, assim como responsabilidades pelo descumprimento destas. A informação e o conhecimento nunca deixarão de ser assimétricos, mas o acesso a eles tem que perseguir a simetria como direito humano fundamental em todos os níveis e classes, esse é o dilema que envolve conhecimento e poder na chamada “sociedade da informação”.

#### **4 CONHECIMENTO NO PEAMSS: PRODUÇÃO, TRADUÇÃO E APRENDIZAGEM**

O homem desde sua origem, pela sua capacidade de pensar, é um sujeito apto a aprender. Conhecimento e aprendizagem fazem parte da nossa cultura, além de ser uma necessidade biológica. Estamos sempre aprendendo, descobrindo, transmitindo, mas será que estamos produzindo conhecimento Ou serão apenas descobertas, traduções daquilo que já existe Até certo ponto, tínhamos certeza da criação de conhecimentos, mas Morin (2008, p. 17), desmonta essa certeza ao despedaçar a noção de conhecimento, questionando se o mesmo “é um reflexo das coisas, construção do espírito, desvelamento, tradução, representação, captamos o real ou apenas a sua sombra” Afirma ainda que o conhecimento “é necessariamente tradução, construção e solução de problema, a começar pelo problema cognitivo da adequação da construção tradutora à realidade que se trata de conhecer”, caso constatado no PEAMSS e que veremos mais adiante.

No entanto, o conhecimento de acordo com Alves (2011, p. 2), “não é um conjunto de dados e informações isoladas. O conhecimento brota de uma interação entre o sujeito continuamente confrontado com as resistências do objeto e com os desafios do mundo empírico e do mundo lógico”. Diríamos também, do mundo metafísico, físico, mítico, místico, real e irreal. É pessoal e intransferível em quase toda sua totalidade e pode ser compartilhado apenas na porção ínfima transferível, representada através das diversas formas como linguagem, signos e símbolos que fazem parte de um domínio comum, ditado por regras e normas da “ciência”. É essa porção ínfima inimaginável em sua dimensão microscópica que constitui todo o acervo da ciência.

Assim, aumentam-se cada vez mais as interrogações e dúvidas sobre inteligência, conhecimento, cognição, e aprendizagem desafiando aqueles que se dedicam às ciências cognitivas.

Baseado em Alves (2011, p.12), o conhecimento não se reduz ao conhecimento dito científico, até porque a dimensão ética procede da sua dimensão afetiva e espiritual, mais do que da sua dimensão técnica e científica.

Portanto, o processo cognitivo não é apenas de natureza racional. Quando falamos em conhecimento no PEAMSS, estamos falando de todo processo de geração, transmissão, tradução, gestão e aplicação do mesmo na vida pessoal e na comunidade em questão encerrando um universo biológico, neurológico, psicológico, social, político, emocional, histórico, subjetivo e afetivo. Esse universo, de acordo com Alves (2011, p.14), “dá à dinâmica da aprendizagem um caráter pessoal e coletivo ao mesmo tempo, apontando para a autonomia crescente do indivíduo em permanente tensão

dialética com os seus compromissos sociais”.

É a partir desses compromissos sociais despertados em cada indivíduo que o PEAMSS pretende alcançar seus objetivos, atingindo o coletivo no sentido da construção de um saber universal em um contexto social, cujo empoderamento consequente seja suficiente e competente o bastante para fazer o coletivo tomar as rédeas na decisão de ações voltadas para o meio ambiente, em especial, o saneamento básico. É claro que, quando falamos aqui em construção de um saber universal e conhecimento em nível de PEAMSS, estamos tratando o conhecimento de forma simplificada, sem a polêmica do seu conceito nas ciências cognitivas, mas apenas no nível de dados, informações, e sua aplicação prática, o que acaba redundando em conhecimento, segundo nosso entendimento.

Assim, até mesmo antes de tentarmos conhecer o conhecimento, ele deve, conforme Demo (2001, p. 20), “ser educado em uma perspectiva ética e cidadã em favor da vida” e, segundo Morin (1984), citado por Alves (2011, p.18), “não há evidências de que a educação científica produza valores éticos, razão pela qual muitos propugnam e lutam por uma ética do conhecimento”. Ao mesmo tempo em que o conhecimento constrói, ele também destrói, sendo necessária uma ética e uma política pública de conhecimento que venha reduzir as desigualdades sociais.

Dessa forma, entendemos o conhecimento como um processo vital, ético, moral e cidadão, pois é a partir da cidadania estabelecida através desse conhecimento que se processa uma mudança social, dando sentido a política pública.

## **5 PEAMSS COMO POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA O CONHECIMENTO E AÇÃO.**

A política pública de saneamento veiculada através do PEAMSS tem na vertente conhecimento um lugar de destaque. Os cursos, as palestras e oficinas ministradas tiveram sempre a intenção de transmitir, gerar, gerenciar e regular conhecimento, empoderando a comunidade através do saber. O fato de a regulação estar presente, não caracteriza um demérito do programa, mas uma necessidade, pois todo processo de formação e gestão de políticas públicas em um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência, pela incerteza e pela complexidade das questões demanda regulação. Faria (2003, p.2), distingue cinco grandes vertentes nas políticas públicas: a) “*a institucional*” – presente no PEAMSS através da regulação dos órgãos proponentes (EMBASA/SEDUR, universidade e fundação); b) “*a interessada em perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes*” – nesse caso, a equipe pedagógica e de instrutores que ministraram os cursos; c) “*as abordagens que dão ênfase aos condicionantes sociais e econômicos no processo de produção das políticas*” – aqui os critérios socioeconômicos e ambientais na escolha dos treze municípios para implantação do PEAMSS; d) “*a teoria da escolha racional*” – idem a vertente anterior acrescido da disponibilidade dos recursos financeiros e; e) “*as abordagens que destacam o papel das ideias e do conhecimento*”.

Esta última vertente contempla a ideia básica do PEAMSS, que é gerar e gerenciar conhecimentos, empoderando a comunidade através do saber e, é a partir desse empoderamento que se esperam as ações através de mudanças de atitudes com relação ao meio ambiente e elaboração dos planos de saneamento básico local. Faz parte do campo da análise de políticas públicas, onde o Brasil, “ainda é bastante incipiente, padecendo de grande fragmentação organizacional e tendo uma institucionalização ainda precária” (FARIA, 2003, p.2). Essa precariedade, acrescenta, se deve a “carência de estudos dedicados aos processos e às metodologias de avaliação de políticas, contudo, deve também ser tributada à escassa utilização da avaliação como instrumento de gestão pelo setor público”.

O que se espera após a implementação do PEAMSS baseia-se no fato de que ideias e conhecimentos podem especificar relações causais e que esse conhecimento adquirido possa alavancar ações em questões ambientais locais, especialmente, na elaboração de planos de saneamento básico para o município.

Mas que conhecimento adquirido é esse Será que houve realmente aquisição de conhecimento ou tudo não passou de um jogo de interesses do poder público para implementar a política e da comunidade para adquirir os benefícios dessa política Essas questões talvez, não possam ser respondidas porque a verdadeira aquisição do conhecimento por cada indivíduo na comunidade não pode ser mensurada, faz parte da sua própria consciência e, se pudesse, não passaria de uma representação baseada na experiência do próprio indivíduo. Porém, as ações comunitárias sim, poderão ser mensuradas voltando aos municípios e verificando que mudanças ocorreram nas questões ambientais, que municípios elaboraram seus planos de saneamento.

## **6 DADOS, INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO NO PEAMSS.**

“Para que a informação se transforme em conhecimento, os seres humanos precisam fazer virtualmente todo o trabalho.”

Não há dúvidas quanto à afirmação de Moreira (2005, p.44), de que “a criação do conhecimento a partir da informação é ação exclusiva dos seres humanos e ocorre a partir de seus processos cognitivos”. Quando se fala em utilização do conhecimento, Moreira (2005, p.81), afirma que isto “está no foco central da gestão do conhecimento e se o mesmo não for utilizado, tornam-se inúteis os processos de criação, identificação, aquisição, desenvolvimento e transferência de conhecimentos”. Qual ou quais desses processos estiveram presentes no PEAMSS, não podemos precisar ao certo: se transformaram dados e informações para produzirem conhecimentos, se houve apenas identificação com o problema ou transferências, não importa. Essa discussão só nos levaria aos labirintos das teorias do conhecimento. O importante para a comunidade em questão é a transformação e a utilização desse suposto conhecimento e/ou informação para o benefício de todos.

Em uma avaliação final do PEAMSS após seu primeiro ano foi apresentado um relatório com os principais resultados obtidos pela Pesquisa de Avaliação nos treze municípios participantes, cuja amostra foi composta por 185 pessoas. No que diz respeito ao quesito conhecimentos adquirido, foi solicitado aos participantes que realizassem uma auto-avaliação acerca da evolução de seus conhecimentos sobre os conteúdos trabalhados nos cursos, oficinas e seminários. Uma síntese dos resultados é apresentada na tabela 1.

**Tabela 1: Autoavaliação do grau de aprendizagem por tema trabalhado**

Temas	Grau de aprendizagem					
	(%)					
	Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Todo conteúdo	Não participou
Construção de biomapas - diagnósticos sócio-ambientais	0,6	4,4	26,0	38,7	13,3	17,1
Construção de jornais	0	6,6	25,7	39,3	22,4	6,0
Construção de blogs	13,5	25,8	25,8	7,3	6,2	21,3
Trabalho em rede na internet	14,4	25,9	24,7	12,6	6,3	16,1
Tecnologias sustentáveis – permacultura	2,8	13,6	32,8	31,1	10,2	9,6
Educação popular ambiental	1,1	2,8	26,1	47,7	18,8	3,4
Saneamento básico	0,6	1,7	18,3	48,3	29,4	1,7
Leis de saneamento ambiental	1,1	7,4	34,7	36,4	17,6	2,8
Aspectos conceituais sobre participação e controle social	0,6	9,9	34,8	33,1	17,1	4,4
Gestão de serviços de saneamento básico	0	10,0	38,9	31,7	14,4	5,0
Plano municipal de saneamento básico	2,2	6,7	22,8	40,6	18,3	9,4
Política estadual de educação ambiental	2,2	7,1	35,2	35,2	12,1	8,2

Fonte: PEAMSS (2011)

Baseado nos depoimentos, todos os temas relacionados com saneamento básico foram os mais apreendidos. Isto prova que o maior interesse da população com esse projeto era resolver seus problemas relacionados a saneamento e por isso, provavelmente, a maior aprendizagem nessa área. O questionário contemplou, ainda, outro aspecto que denuncia este fato: *quais ações os multiplicadores pretendem desenvolver em seus municípios* As ações citadas pelos participantes mostraram que as intenções de promover ações de conscientização e propor ações de melhoria para a vida da população foram categorias frequentemente evocadas pelos mesmos, o que torna mais evidente a preocupação com a utilização do conhecimento para solução de problemas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão aponta para a utilização do conhecimento como guia das políticas públicas e na solução de problemas práticos envolvendo comunidades.

Na nossa visão, uma política pública de acesso ao conhecimento é a chave para a implementação de todas as outras políticas públicas de maneira democrática e justa, contemplando o bem-estar social, valorizando o humano e buscando o ideal de existência na Terra, pois o saber que surge dessas políticas desperta uma consciência crítica que avança com o propósito de construir novos conhecimentos e implementar projetos e programas.

Ressaltamos aqui o interesse que o saneamento desperta no contexto coletivo, no qual ocorre uma adequação do conhecimento voltado para a solução de problemas. Não podemos negar que houve e ainda poderá haver no PEAMSS construção e tradução de conhecimentos ao considerarmos que o aparelho cognitivo humano é um produtor contínuo de conhecimentos. Observações e depoimentos indicam que houve, a partir dos cursos, palestras, seminários e oficinas ministradas durante os oito meses, pelo menos, tradução e assimilação de conhecimentos cristalizados nas novas idéias, posturas, algumas ações e nas manifestações através de discursos que até então não faziam parte do domínio linguístico de alguns membros da comunidade. O que se espera a partir dos próximos dois anos é um avanço desse conhecimento através de ações mais efetivas nos municípios contemplados pelo projeto.

## REFERÊNCIAS

ACESSO à informação e controle social das políticas públicas; coordenado por Guilherme Canela e Solano Nascimento . Brasília, DF : ANDI; Artigo 19, 2009. 132 p.

ALVES, Manoel. *O CONHECIMENTO EM DEFESA DA VIDA OU O SUJEITO COGNICENTE E O CONHECIMENTO SOCIAL CRÍTICO*. Disponível em: . Acesso em 20 out 2011.

ARTICLE 19. *Brasil*: Marco civil da Internet. São Paulo: 2012, 22 p. Disponível em: . Acesso em 20 mai 2013.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. *Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação*. Salvador: EDUNEB, 2012.

DEMO, Pedro. *Educação e Conhecimento, relação necessária, insuficiente e controversa*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001, 183 p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. IDÉIAS, CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003

MOREIRA, Daniel Alexandre. *Teoria e prática em gestão do conhecimento: Pesquisa exploratória sobre consultoria em gestão do conhecimento no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MORIN, Edgar. *O método 3: conhecimento do conhecimento*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. 286p.

PEAMSS. *Minuta do projeto PEAMSS Bahia*. EMBASA/SEDUR, FUNDESF, UNEB: Salvador, 2010

PEAMSS. *Relatório geral do PEAMSS Bahia*. EMBASA/SEDUR, FUNDESF, UNEB: Salvador, 2011.